



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**SESSÃO DA
ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL
DA CIMLT**

ACTA Nº 12
DE
12 / 09 / 2012

**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA LEZÍRIA DO TEJO**

ACTA Nº 12

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Dia 12 de Setembro de 2012


Início da Sessão: 21.00 horas

Términus da Sessão: 23.00 horas

Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão

Vice-Presidente da Mesa: Ana Carla Ferreira Gonçalves

Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias



**ACTA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos doze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), em **sessão extraordinária**, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.00 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, Teresa Isabel Almeida Filipe, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Ana Sofia Casebre, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Pratas Cardoso, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Paulo Raimundo Duarte Coelho, António José Rodrigues, Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Manuel Luís Gutierrez de Matos (em substituição de Ana Carla Ferreira Gonçalves), Joana Maria Ferreira Vergas, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Hélia Maria Monteiro Batista, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Pedro Miguel dos Santos Queimado, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Leandro Manuel Alves Jorge (em substituição de António Manuel Silva Arribança), Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Ferreira, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Patrícia Cachulo Pote, Nuno

Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Manuel Neves Leal, João Maria da Silva Travessa Filipe, Teresa Margarida Batista Rodrigues, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Manuel Maria Lagos Pedroso, Idália Maria Marques Salvador Serrão.-----

--- Não apresentaram justificação de falta os seguintes membros: José Francisco Correia Afonso Marouço, Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos, Bernardo António Palheta Serra, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues, Filipe Claro Justino, Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Ordem do Dia;-----

--- 1 – Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos;-----

--- 2 – Apreciação da Prestação dos Serviços Públicos na Região, conforme deliberação da sessão da Assembleia Intermunicipal de 22/06/2012.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, começando por referir que deveria estar na Assembleia, em substituição de Rui Augusto Nabais, a senhora Deputada Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos. Informou que a mesma tinha sido contactada, mas não estava presente. Assim, quis deixar lavrado em acta que os serviços tinham procedido aos contactos para a elaboração da acta da tomada de posse. Prosseguiu referindo que, de acordo com o Regimento, para além dos pontos para aprovação, poderiam ser aprovadas as actas das sessões anteriores. Referiu que tinha tomado a iniciativa de pedir aos serviços que enviassem três actas. No entanto, frisou haver um problema com uma das actas, uma vez que tinha ficado imperceptível a audição de grande parte da sessão. Questionou a Assembleia se era viável votar as actas ou se os senhores Deputados queriam fazer uma audição dos registos ou dar contributos. A

senhora Presidente colocou à votação a proposta de votar as três actas que tinham sido distribuídas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, sugerindo que a acta do mês de Abril de 2012 ficasse em stand by, uma vez que gostaria de poder ver incluída uma intervenção que tinha feito na sessão e que não surgia na acta. A senhora Deputada disse que gostaria de poder esclarecer em casa algumas questões.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, agradecendo o envio de contributos por parte da senhora Deputada, para os serviços da CIMLT, uma vez que não existiam registos áudio. Assim, propôs que votasse a apreciação e votação ou não das actas de 30/11/2011 e 22/06/2012.-----

--- Submetida à votação a proposta de apreciação e votação das actas referentes às Assembleias Intermunicipais da CIMLT de 30/11/2011 e 22/06/2013, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 35;-----

--- Abstencões: 1 (CDU).-----

--- Foi colocada à apreciação e votação a acta referente à sessão da Assembleia Intermunicipal de 30/11/2011.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que a sessão de 30/11/2011 tinha sido presidida pela senhora Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT. Sugeriu então que quando assim fosse se referisse antes à Presidente em exercício, porque depois poderia ficar a dúvida se a intervenção era feita em nome da bancada a que pertencia ou em nome dela própria. Como membro da Assembleia ou em nome da Mesa. Propôs que esta sugestão fosse utilizada para o futuro, se fosse aceite.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, referindo que era necessário fazer

algumas rectificações à acta, porque efectivamente a sessão não tinha sido presidida por si mesma, mas vinha referida na acta como tendo usado da palavra. Portanto, sugeriu que se retirasse a acta.-----

--- Submetida à votação a proposta apresentada pela senhora Presidente da Assembleia da CIMLT, de retirar a acta de 30/11/2011 da votação, para rectificação, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Foi colocada à apreciação e votação a acta referente à sessão da Assembleia Intermunicipal de 22/06/2012.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, solicitando uma rectificação na página 23, na quinta linha, na parte que falava em requerimento, colocar “para que”.-----

--- Submetida à votação a acta da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT de 22/06/2012,, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

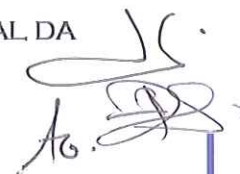
--- Votos a favor: 28;-----

--- Abstencões: 9.-----

--- **ORDEM DO DIA**-----

--- **Ponto 1 - Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, explicando que o que se pedia neste ponto da Ordem de Trabalhos era que sancionassem aquilo que estava na proposta apresentada, para autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Referiu que o que se pedia era uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pelo Conselho Executivo, nos casos em que os projectos, acções ou assuntos de outra natureza constassem das Grandes Opções do Plano. O objectivo era ultrapassar algumas imposições da Lei dos Compromissos, que obrigavam a situações de demora nos processos e de espera para cumprir prazos,



etc. Portanto, o que estavam a pedir era uma autorização muito genérica, que por vezes era necessário utilizar.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a Favor: 38 (PS, PSD, CDU, BE, GIGA, MICA);-----

--- Abstencções: 4 (PSD).-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, referindo que a sua abstenção neste ponto reflectia a falta de objectivos específicos. Na sua opinião, tendo em conta a situação em que o País se encontrava, a apreciação do ponto deveria ser relativamente a algum projecto mais concreto e não na generalidade, entendendo também as conjecturas que pudessem ter levado a este pedido de autorização. Referiu ainda que o seu sentido de voto poderia mudar se houvesse realmente algum projecto objectivo, não havendo nesse sentido a sua abstenção.-----

-- **Ponto 2 - Apreciação da Prestação dos Serviços Públicos na Região, conforme deliberação da sessão da Assembleia Intermunicipal de 22/06/2012.**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, referindo que este ponto decorria de uma decisão da Assembleia, ocorrida na última sessão, para a apreciação da prestação dos serviços públicos na Região, conforme deliberação da sessão da Assembleia Intermunicipal de 22/06/2012. Mencionou ainda ser sua intenção não dar a este ponto mais do que uma hora. Portanto, pediu aos diferentes grupos políticos que pudessem gerir o tempo das intervenções. Frisou que na sala tinham a presença de público, que já tinha manifestado a intenção de fazer intervenção acerca deste ponto. De acordo com o Regimento, nas sessões extraordinárias da Assembleia Intermunicipal tal era possível. Assim, o público teria para o efeito até 30 minutos no final da sessão. A senhora Presidente questionou de seguida o Conselho Executivo se

a CIMLT tinha sido informada por algum serviço central da Administração Pública, da instalação ou retirada de serviços públicos na área da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que não havia contacto nenhum da Administração Central com a CIMLT, em termos de alguma alteração no que dizia respeito aos serviços públicos centrais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, apresentando a seguinte Moção: “O ataque à prestação dos Serviços Públicos à população da nossa Região, iniciada na vigência do Governo anterior, nos últimos meses tomou uma dimensão nunca antes vista. Não existe um único Serviço Público que escape à fúria destruidora deste Governo: prestação de serviços de saúde, segurança social, ensino, correios, acessibilidades, transportes e comunicações, administração judiciária, tudo está na mira deste Governo e da troika que lhe dita as ordens. Os Serviços Públicos não podem estar sujeitos a interesses particulares, do capital, mas devem ser colocados ao serviço das pessoas, dando resposta às suas necessidades básicas, quer sociais quer de desenvolvimento económico. A actual situação dos Serviços Públicos deve-se à orientação neoliberal seguida pelo anterior Governo e brutalmente agravada pelo actual Governo do PPD/CDS que, de braço dado com a troika, tem levado o país à ruína e os portugueses ao desemprego e à pobreza. O momento que vivemos exige uma política patriótica e de esquerda que rompa com a submissão ao estrangeiro e que coloque o país e o povo português no centro das suas acções, uma política que ponha Portugal a produzir para poder gerar riqueza e pagar as dívidas acumuladas nos últimos trinta anos, em consequência de políticas erradas. Não é aceitável que se: encerrem extensões de centros de saúde nos municípios de Benavente, Coruche e Salvaterra de Magos, continuem por contratar médicos e enfermeiros e outros profissionais de saúde (Alpiarça), mantenha uma infindável lista de cidadãos sem médico de família, entregue a administração dos hospitais a privados, promova a privatização da prestação dos



serviços de saúde, aumentem as chamadas taxas moderadoras, quando a Constituição da República Portuguesa (Artigo 64º, ponto 1) afirma, com clareza, que “todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover”; encerrem postos de atendimentos da Segurança Social e se transfiram, sem contrapartidas, serviços para as Juntas de Freguesia, diminua de forma drástica a protecção dos “cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade” e “desemprego” ao invés do que determina a Constituição (Artigo 63º, ponto 3) e se aumente de forma drástica, em 64%, de 11% para 18%, a comparticipação dos trabalhadores para a Segurança Social e, simultaneamente, se diminua a parcela que cabe ao capital; fechem as escolas, as últimas das quais no final do ano passado ano lectivo e, dando continuidade à política traçada pelo anterior Governo, criem os mega agrupamentos, aumentem as turmas para 30 alunos, os passes escolares e as propinas, inviabilizando o acesso dos filhos dos trabalhadores ao ensino superior, em contradição com o que a Constituição afirma, “estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino” (Artigo 74º, alínea e); encerrem estações de correio, como aconteceu no Couço e Benfica do Ribatejo, promova a entrega da exploração a privados ou a concessão às Juntas de Freguesia e subcontrate a distribuição da correspondência a privados com consequência na degradação da prestação do serviço e no aumento das falhas na regularidade e na segurança; suprimam carreiras de transportes rodoviários quando a rede de transportes públicos existentes na região é tão deficiente; pretenda encerrar Tribunais (Golegã, que afecta também o Município de Chamusca) e concentrar a Justiça em Santarém e Tomar, deixando para os Tribunais que, entretanto, não forem encerrados o julgamento de pequenas causas. As Juntas de Freguesia, não sendo um Serviço Público, como é sabido, prestam um conjunto de serviços de proximidade que as populações não dispensam, muito menos num período de forte contenção, como o que nos estão a obrigar de forma violenta a viver, estão, também elas, ameaçadas na sua existência. Por tudo o que acabámos de afirmar, justifica-se plenamente que esta Assembleia

tome posição acerca do modo como os Serviços Públicos estão a ser prestados à população da nossa região. Assim sendo, a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em 12 de Setembro de 2012, tendo em consideração que as medidas adoptadas pelo Governo do PPD/CDS: têm contribuído para afastar Serviços Públicos dos portugueses, o que leva à discriminação de importantes sectores da sociedade e de parcelas do território, com consequências no aumento da fragilidade social e no despovoamento das regiões mais deprimidas, com o consecutivo agravamento das assimetrias sociais e regionais; visam a entrega ou a concessão da gestão ou mesmo dos próprios Serviços Públicos a privados, que apenas visam o lucro, quando podem ser melhor geridos pela Administração Pública; têm um forte conteúdo de classe, privilegiando os mais ricos em detrimento da esmagadora maioria da população que não pode pagar o hospital, a escola privada ou o ensino superior, não tem meio próprio de transporte ou lhe falta dinheiro para o combustível, não consegue pagar as custas judiciais e não tem posses para contratar um bom advogado. Delibera exigir ao Governo que: faculte o acesso de todos os cidadãos aos cuidados primários de saúde numa lógica de proximidade, através da reposição em funcionamento das extensões de saúde encerradas, recrute os recursos humanos (médicos, enfermeiros e outros profissionais) necessários e, abra o Serviço de Urgência Básica de Coruche; pare com o desmantelamento da Segurança Social e cumpra a Constituição da República Portuguesa; promova a Escola Pública assente na manutenção e desenvolvimento de uma educação pública, gratuita e de qualidade, acessível a todos e interrompa o encerramento de escolas sem critérios de racionalidade; suspenda as iniciativas de desmantelamento e a privatização dos Correios; não insista em medidas que conduzam à centralização da Justiça e promova uma justiça mais igualitária, acessível e próxima dos cidadãos, e preservação da independência dos tribunais face aos poderes político e económico e garanta a autonomia do Ministério Público”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, dizendo presumir que aquela fosse

apenas a intervenção do senhor Deputado, uma vez que a Convocatória apenas dizia “apreciação da prestação dos serviços públicos da Região”. Portanto, não havia lugar a qualquer proposta que fosse apreciada e votada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, recorrendo ao plenário, no âmbito da posição da Mesa. Disse que era um direito regimental que tinha.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, explicando que tinha sido apresentada na Mesa uma Moção da CDU sobre Prestação de Serviços Públicos na Região da Lezíria do Tejo. Não estava na Ordem de Trabalhos. Assim, o que estava naquele momento em causa era votar ou não a Moção. A senhora Presidente colocou à votação a proposta para que se votasse na sessão uma Moção que não estava na Ordem de Trabalhos.-----

--- Colocada à votação a proposta para fosse votada a Moção da CDU que não constava na Ordem de Trabalhos, a mesma foi **REJEITADA**, com a seguinte votação:---

--- Votos contra: 32 (PS e PSD);-----

--- Votos a favor: 8 (CDU);-----

--- Abstencões: 3 (PS, GIGA e MICA).-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, saudando em primeiro lugar o público presente, uma vez que era muito rara a presença de público na Assembleia. Era de um facto um público que vinha usando o Artigo 21º da Constituição da República Portuguesa, usando o seu direito a resistir perante as políticas que o Governo estava agora a seguir nesta matéria. Por isso, era um público que respeitava a Constituição, contrariamente ao Governo. A senhora Deputada prosseguiu, aconselhando todos a ler a Constituição da República Portuguesa, porque mesmo depois de ter sido revista sete vezes ainda conseguia manter algum do espírito de Abril e das conquistas que Abril tinha trazido ao Povo, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde. Era isto que movia as populações do

Distrito e as preocupava hoje em dia. Em relação ao voto ou não da Moção da CDU, disse compreender que esta Assembleia não se quisesse comprometer com posições concretas, isto para além das formalidades. Voltando ao tema do debate, a senhora Deputada disse ter trazido a Constituição, para todos conhecerem aquilo a que tinham direito. Relembrou que a prestação de serviços públicos, que começavam a ser cada vez mais raros, era extremamente importante para a vida dos cidadãos. E disse não acreditar que nenhum eleito da Assembleia se resignasse quando via o Centro de Saúde a fechar, a Estação de Caminho de Ferro a fechar, quando via tudo a ser encerrado ou privatizado, e a seguir outros pressupostos que não aqueles do interesse público. A senhora Deputada prosseguiu dizendo que serviços públicos eram os instrumentos que o Estado tinha para garantir alguns dos direitos constitucionais e outros direitos que os cidadãos tinham. O direito à Segurança Social, o direito à Saúde, à Educação, à Cultura e ao Ensino, o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, o direito a uma informação livre e independente, todos direitos previstos na Constituição. Assim, aconselhou a ler a Constituição da República Portuguesa, porque era um clássico de grande valor, que tinha sido feito para estar ao serviço do povo português e ao serviço de um País que se queria desenvolvido e que garantisse qualidade de vida às suas populações. Lembrou outros direitos que não tinham sido tidos como Constitucionais e que eram prestados por serviços públicos, como por exemplo o direito à mobilidade. Nesta matéria mencionou que o Ministro ou o Secretário de Estado da Saúde acabava de dar resposta a um requerimento d'Os Verdes, sobre a Extensão de Saúde do Frade de Baixo, que não ia abrir. Mas aquela população nem camioneta tinha para chegar ao Centro de Saúde de Alpiarça. Ou seja, nem saúde, nem camioneta. Na área da educação, a senhora Deputada questionou quem é que achava que uma criança aprendia melhor se fizesse 30Km de autocarro para se deslocar de manhã para uma escola longe da sua casa, do que tendo uma escola ao pé de casa? Quem é que achava que os alunos aprendiam melhor se fossem 26 alunos na mesma turma na vez



de 21? Que a professora conseguiria dar mais atenção e permitir mais igualdade? De volta à saúde, questionou quem é que considerava que não havia promiscuidade de interesse quando se fechava o SAP de Almeirim ao Sábado ou ao Domingo e que depois um doente que tivesse que fazer um penso teria que se deslocar a Coruche, mas não tinha transportes para ir lá? Na opinião da senhora Deputada, então tinha que ir ao Hospital Privado de Santarém, estava claro. Para terminar, referiu que tinha vindo em 1985 morar para a terra onde tinha nascido e era uma utilizadora de transportes públicos. Em 1985 vinha de camioneta ao cinema a Santarém. Agora, só poderia vir à matiné e se fosse às 16h00, porque mais tarde já não tinha transporte público de volta para casa. Terminou dizendo que isto não era o País que a Constituição garantia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, deixando dois esclarecimentos que fazia questão que ficassem em acta. Em primeiro lugar, referiu ter posto à votação a apreciação e votação da moção, porque efectivamente não estava previsto uma sessão extraordinária ir para além da Ordem de Trabalhos. Em segundo lugar, solicitou que ficasse em acta que havia quatro elementos da CDU inscritos para intervir, dois do PS e dois do PSD e que, assim, a CDU tinha o dobro do tempo de qualquer um dos outros grupos políticos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, lembrando que este ponto da Ordem de Trabalhos era da iniciativa da CDU. No entanto, entendia que a CDU deveria ter salvaguardado uma melhor discussão deste ponto se tivesse feito chegar aos serviços da Assembleia e depois feito distribuir aos demais membros da Assembleia os elementos necessários para se fazer uma apreciação devidamente sustentada deste tema. De seguida pediu um esclarecimento ao senhor Presidente do Conselho Executivo. Lembrou que a senhora Presidente tinha esclarecido instantes antes que não havia qualquer comunicação da parte do Poder Central relativamente a alterações. O senhor Deputado pretendeu

saber se esta situação se devia a não haver comunicação entre as instituições ou se de facto não havia alteração nenhuma no que tocava à abertura ou encerramento de serviços.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que o diálogo entre a Comunidade e o Governo se mantinha.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, considerando que as Democracias tinham de saber actualizar-se e adequar-se às circunstâncias da vida. Não era com chavões que os problemas se resolviam. Lembrou que existia uma situação muito objectiva de crise gravíssima no País, também extensiva ao resto da Europa. Frisou que não vivíamos sozinhos e que Portugal não podia ser uma espécie de Albânia. Que não poderíamos ser escravos do poder financeiro externo. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que o dinheiro era como o sangue no corpo. Se a mão se chateasse com o braço, não deixava lá chegar o sangue e ganhava gangrena. Ou seja, não era possível ficarmos orgulhosamente sós a dizer que não podíamos depender do poder financeiro externo. Infelizmente dependíamos e continuaríamos a depender. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que ao PSD preocupava muito a desertificação do interior, que já era extensiva também, segundo estudos publicados recentemente, a algumas zonas do litoral. Ou seja, em 38 anos de Democracia provavelmente o País não tinha sido devidamente pensado pelas pessoas que o tinham governado. As coisas tinham sido mantidas artificialmente e tinha chegado a hora de encarar a realidade. Nada voltaria a ser fácil como aparentemente poderia ser. O senhor Deputado disse considerar que vivíamos muito na ilusão de que as coisas eram fáceis. Era lamentável de facto que a crise tivesse motivado há uns anos para cá o encerramento de serviços no interior do País, que tinham essencialmente população envelhecida e pobreza. Ainda assim, considerou que a CDU deveria ter aproveitado para fazer uma discussão construtiva, coisa que a CDU não tinha feito, ficando-se apenas pelos chavões.-----



--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Manuel da Silva Moreira (PS)**, considerando que o PSD e a CDU estavam sempre unidos quando era para dar cabo do PS. Agora, como não era assim, tinha-se passado a ouvir dizer que as coisas estavam mal, que não ia haver serviços públicos. Prosseguiu falando sobre o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública. Disse querer ver, na região e no País, a indignação dos movimentos sindicais dos professores, tão indignados, como quando tinha havido o problema da avaliação. Lembrou que a escola pública não era uma conquista só do 25 de Abril. Era uma conquista daquilo que estava por detrás do ideal humanista generalista da Revolução Francesa. E quando o Marquês de Pombal tinha acabado com o Antigo Regime e tinha transformado a escola numa escola laica e pública. Disse gostar de perceber porque havia ricos que podiam ter um determinado tipo de ensino e pobres que tinham que ter direito a outro. Disse gostar também de perceber como é que se podia ter um ordenado mínimo igual àquele que se tinha se calhar em 1974. Sobre a escola pública, disse considerar que havia obrigação de perceber o que eram igualdade de oportunidades. Em relação à Saúde, o senhor Deputado considerou que se tinha voltado a deixar de ter estruturas de proximidade para as pessoas recorrerem. Questionou como é que era possível pagar-se um enfermeiro a 4 Euros à hora? E lembrou que era por isso que eles estavam a sair do País. Gastava-se dinheiro na formação e depois mandavam-se as pessoas para as empresas dos outros. Terminou dizendo que a situação do País não é boa. Por isso, seria bom que as pessoas que tinham responsabilidades acordassem para a vida.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, considerando que em plena Democracia parecia ainda haver quem não gostasse de ouvir opiniões divergentes. Tal era uma falta de cultura democrática. Quando uma pessoa fazia uma apreciação era rotulada de chavões, para esconder uma realidade. Uma realidade que toda a gente conhecia e que o povo sentia, sobretudo a indignação de norte a sul do País com as recentes medidas tomadas, que envolviam os serviços públicos. Ao nível da saúde, lembrou que havia cada vez menos médicos de família nas unidades

de saúde e que o atendimento complementar era cada vez mais escasso. No concelho da Chamusca, ao qual pertencia, recordou que os representantes políticos de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal estavam a remar para o mesmo lado, na defesa dos serviços de saúde na população. Neste caso concreto havia a defesa do bem-estar público da população. Prosseguiu dizendo que já tinham sido efectuadas reuniões pelos altos dirigentes locais com o Director dos Serviços Regionais de Saúde. Tinha sido inclusive realizada uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Saúde, na qual tinha sido feito um diagnóstico da situação e se colocou a preocupação pela inexistência e pelo fecho destes serviços que são fundamentais numa região com população envelhecida, sem transportes públicos regulares e reformas baixas. O senhor Secretário de Estado informou que os problemas naquela altura não estavam a ser resolvidos, mas não era por falta de verbas. E que poderíamos encontrar junto das entidades regionais soluções para o problema. O problema na altura foi mais ou menos resolvido através de remendos, recorrendo a horas extraordinárias dos poucos médicos existentes. No entanto, no actual momento, a situação estava em vias de se agravar porque um dos médicos estava com baixas sucessivas. Esta situação era uma realidade concreta, sem chavões, e era motivo de grande preocupação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, começando por dizer que era a favor de um médico por 500 habitantes e de uma escola por Junta de Freguesia. Disse considerar que a população tinha esse direito. Assim houvesse dinheiro para o pagar e para sustentar. Prosseguiu dizendo que o PPD-PSD era a favor do serviço público, mas fazia a separação entre propriedade pública e serviço público. Já a CDU tinha uma opinião diferente. Mas era necessário fazer uma separação entre o que era serviço público e propriedade pública. O senhor Deputado disse não ver mal nenhum no facto da CDU ser a favor da estatização do Estado. Mas o PSD, à luz de como via o que era a função do Estado, tinha que fazer essa separação. A racionalização mediante os constrangimentos



Ag.

orçamentais existia. Ainda assim, prosseguiu lembrando que ainda não tinha ouvido por exemplo ninguém falar da política do medicamento. Muitos doentes estavam a pagar cerca de 20% do que pagavam no ano anterior. Se calhar devia ser mais, na opinião do senhor Deputado, mas já era uma vitória. Quanto ao serviço de proximidade, o senhor Deputado disse considerar que em muitos casos seria sempre relevante, desde que conseguisse garantir a qualidade que era necessária ao mesmo. Na opinião do senhor Deputado, era necessário saber avaliar as reformas que estavam a ser feitas, não mediante a proximidade mas com base no serviço que era prestado às populações. O senhor Deputado prosseguiu relembrando que a CDU, meses antes de os trabalhadores públicos portugueses correrem o risco de serem taxados a 100% sobre os rendimentos do ordenado, quando tinha deixado quase de haver dinheiro para pagar os ordenados da função pública, meses antes tinha votado ao lado do PS duas das maiores PPP's que iam existir em termos de encargos para as gerações futuras. Assim, alertou que quando se exigia mais serviço público na saúde e na educação, também era preciso saber o que é que se votava. Era muito bonito a CDU apelar que os serviços deviam ser todos universais e gratuitos. Mas disse não perceber onde é que estava o milagre que a CDU encontrava sempre, para fazer o dinheiro esticar. Na opinião do senhor Deputado, não se podia olhar para um sector, desligado de tudo o resto que se passava à volta. Era fácil exigir e exigir. Assim houvesse meios para sustentar. Terminou dizendo que para que toda esta discussão fosse séria, teria que haver a noção de que tudo o que era exigido era sustentável. Porque senão inquinava todo o serviço público que o Estado ainda presta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, saudando em primeiro lugar a presença de público na sessão. Prosseguiu dizendo que tinha acontecido exactamente aquilo que era previsto acontecer nestas sessões. Havia um debate sobre a prestação dos serviços públicos na região e a CDU apresentava uma moção que era de “de alto a baixo”. Na opinião da CDU, estava tudo mal. A responsabilidade era do PS, do PSD e do CDS. A seguir, tinha respondido

o PSD a dizer que a CDU vinha para aqui com chavões, mas não trazia a documentação. E agora era a vez do PS fazer isso. Mas, na opinião do senhor Deputado, isso não seria contributo nenhum para a apreciação da prestação dos serviços públicos na região. Prosseguiu lembrando que todos ali presentes eram eleitos de uma Assembleia de uma Comunidade Intermunicipal, que tinha vindo a ser exemplar na última década, naquilo que era o entendimento partidário dos eleitos e naquilo que era o afastar da discussão pela discussão. Na CIMLT, o que se via era terem desde sempre colaborado uns com os outros naquilo que no final significava sempre o aumento dos serviços públicos na região. Assim, não era de todo descabido que os senhores Deputados da Assembleia tomassem o exemplo daquilo que era a história da CIMLT. Porque se era verdade que a CDU deveria ter preparado melhor o debate com dados, história e previsões estatísticas, também não deixava de ser verdade que o PSD poderia ter trazido o mapa da coesão territorial. O senhor Deputado continuou a sua intervenção perguntando se alguém, com os dados históricos e com aquilo que eram as previsões de encerramentos de serviços, conseguia perceber o que iria acontecer no dia de amanhã. A percepção que existia junto das populações era que ninguém sabia o que iria acontecer amanhã. Aliás, pelo que se percebia, nem o próprio Governo tinha essa percepção. O senhor Deputado disse haver uma discrepância tão grande entre aquilo que eram hoje os sacrifícios pedidos e os resultados que eram precisos atingir em 2013 e 2014, que não acreditava que o Governo soubesse o que iria acontecer. Na opinião do senhor Deputado, aquilo que iria acontecer seria uma razia total naquilo que eram os serviços do Estado. Perante isto, a pergunta obrigatória seria “e depois?”. Lembrou que o PSD dizia que não havia sustentabilidade para o sistema em que se vivia. Era impossível manter os serviços públicos que existiam hoje. Para reduzir isto, o PSD tinha chamado a reorganização inteligente, para promover a coesão territorial. E a coesão territorial estaria a ser promovida, encerrando. Depois, o PSD teria dito que encerrava, porque era preciso fazer uma reorganização inteligente, mas não dava



resposta às populações de como é que passa a ser a partir daquele momento. Na opinião do senhor Deputado, o que tinha que ser dado às populações eram alternativas. E isso o PSD não estava a apresentar às populações. Prosseguiu dizendo que o PSD até podia vir queixar-se, até podia falar em piegas e vir dizer que o PS no passado tinha feito isto ou aquilo. Ainda assim, a responsabilidade de governar era do PSD. Havia um plano de assistência financeira a Portugal que tinha um acordo. O PSD tinha feito gala de dizer que queria ir para lá desse acordo. E de facto estava para lá desse acordo e as populações já não sabiam o que iria acontecer amanhã. O senhor Deputado disse lamentar que se tenha falhado numa primeira fase o debate sobre a apreciação da prestação dos serviços públicos na região, mas outra coisa não se fazia constantemente nas Assembleias que era avaliar a prestação desses serviços. Por isso, terminou dizendo que como era óbvio as pessoas não se iam resignar e o combate político iria manter-se. E cada um teria que assumir as responsabilidades que estava a exercer nos momentos. O senhor Deputado terminou a sua intervenção dizendo que gostava que o PSD pudesse explicar quais eram as alternativas a esta reorganização inteligente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, dizendo ter estado a ouvir todos com muita atenção. Prosseguiu dizendo que tinha escrito, para dizer, que havia problemas na saúde e falta de médicos em todo o concelho de Benavente. Que Benavente se tinha livrado de ter uma freguesia a menos, por uma simples alteração da lei referente à reorganização administrativa. Também havia problemas no funcionamento do Tribunal de Benavente, que iria ficar reduzido quase a uma figura decorativa. Havia ainda um problema com um mega agrupamento que tinha sido consolidado recentemente, ou seja, tinha-se juntado a escola do Porto Alto com a escola de Samora Correia, o que somava um total de mais de 2300 alunos. Benavente tinha ficado também sem um serviço da EDP e sem as Finanças em Samora Correia. Resumindo, o concelho de Benavente tinha muitos problemas. Mas, após ouvir os colegas Deputados, o que o senhor Deputado tinha

começado a pensar era como se tinha chegado aqui e como é que se iria sair deste buraco. Na opinião do senhor Deputado, realmente o País estava mal. Então como é que iríamos sair disto? Isto não era um chavão, mas a realidade das coisas. Se se liquidava o aparelho produtivo, se se liquidavam as pescas, se era dado o tratamento que se dava à agricultura, se era dado dinheiro a pessoas para não trabalharem nas terras, se se abandonava a aquacultura, se quem tinha responsabilidades do ponto de vista económico apenas pensava no lucro e não pensava em indústrias que eventualmente pudessem desenvolver o País, se os privados não pensavam em tudo isto, então teria que ser o Estado a fazê-lo. De acordo com o senhor Deputado, as concepções ultraliberais estavam a vencer em toda a linha, esquecendo que, quando a economia estava mal, era necessário o Estado intervir, para que o desemprego não tomasse as proporções que estava a ter e que tendia a agravar. Lembrou que as pessoas não tinham possibilidades de comprar, as fábricas fechavam porque não tinham escoamento para os produtos, o comércio estava paralisado, etc. de acordo com o senhor Deputado, era necessário reflectir também sobre as origens da crise. Terminou a sua intervenção dizendo que ao nível das autarquias trabalhavam todos em conjunto, com todos os partidos, por causas comuns. Pelo menos em Benavente era assim e era esse o caminho que iriam seguir. De unidade e de acção. Com todos. Mas, com o prosseguimento desta política de austeridade, não sabia onde é que o País iria parar. Iria bater mesmo no fundo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar (CDU)**, lembrando que tinha sido dito por um elemento da bancada do PSD, que a CDU deveria ter trazido dados, mas que pelo contrário só tinha utilizado chavões. Contrariando esta ideia, a senhora Deputada disse considerar que a intervenção feita pelo senhor Deputado Carlos Pauleta, que não tinha sido aceite como moção, era bastante objectiva. Essa intervenção fazia um levantamento muito objectivo dos problemas que existiam ao nível dos serviços públicos, de uma forma genérica. Prosseguiu dizendo que obviamente só não via quem não queria ver,



porque não lhe interessava. E não lhe interessava porque sabia que tinha responsabilidades. Lembrou que todos nós vivíamos num estado social. E era por isso que descontávamos - para assumir uma série de funções para com as populações, nomeadamente ao nível da saúde, ao nível da educação, etc. Tais eram direitos que estavam consagrados na constituição. Relativamente às parcerias público/privadas, a senhora Deputada disse não perceber como é que o PSD lavava daqui as mãos como se não tivesse nada a ver com isto e dizia que não percebia onde é que se ia buscar o dinheiro, face à situação gravíssima que o país atravessava. Na opinião da senhora Deputada, as medidas que estavam a ser tomadas, nada tinham a ver com a gravidade da situação actual. Eram antes um ajuste de contas com uma série de conquistas de Abril, a prossecução da política de um capitalismo selvagem e neo-liberal. Considerou que o PSD não poderia lavar daqui as mãos, já que estava completamente enterrado nisto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, lembrando que a CDU tinha tido a iniciativa de por esta temática em discussão neste órgão e, portanto, deveria ter feito chegar documentação à Assembleia, se queria minimamente conduzir de forma séria o debate, para se chegar a algum tipo de conclusões proveitosas. Referiu ainda que a moção apresentada pela CDU falava apenas dos serviços de saúde, que eram importantíssimos, de facto, mas cingia-se só a isso. Prosseguiu dizendo que tinha achado curiosa a posição do senhor Deputado Nuno Antão, quando este tinha dito que a CDU e o PSD não tinham feito o seu trabalho. Questionou o que vinha então o PS fazer. Alertou para o facto de toda a discussão não ser mais do que ataque político, na vez de se fazer uma apreciação séria da situação, que merecia ser apreciada seriamente, já que era preocupante. Prosseguiu referindo que o PSD se preocupava há muitos anos com a desertificação do interior, designadamente com o abandono da agricultura. Também era preocupante o encerramento dos serviços públicos, mas, por outro lado, eles tinham de ser sustentáveis. Terminou dizendo que o PS governou como se não houvesse

amanhã, dizia-se preparado para voltar ao governo, mas, na opinião do senhor Deputado, só se fosse para acabar com o presente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, referindo que o debate estava a chegar a um ponto em que todos teriam de exercer um direito de resposta. Lembrou que a CDU tinha falado em juros enormes, que o país estava a pagar do empréstimo da Troika. O senhor Deputado explicou que a taxa média deste empréstimo era de 3,5%. Portanto, para o risco que o país tinha no momento a taxa de juro estava abaixo do risco que o país ainda tinha. Dirigindo-se ao PS, o senhor Deputado referiu que nos últimos dois anos e meio do consulado de José Sócrates a dívida tinha aumentado 80 mil milhões de euros. Ou seja, nos últimos dois anos e meio, o endividamento do país tinha sido de 80 mil milhões de euros. Tinha passado de 64 % do PIB para 114% do PIB. Na opinião do senhor Deputado, quando se entrava neste tipo de discussão era necessário ser factual.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, falando em honra da defesa da bancada da CDU, que tinha sido acusada de não preparar o trabalho de casa. Esclareceu que a CDU tinha proposto uma vez uma sessão extraordinária sobre este tema, cuja proposta tinha sido recusada. Voltou a propor e não esperava que viesse em sessão extraordinária. E esperava no mínimo ser avisada com antecipação, mas não. A CDU tinha sido avisada através de uma sessão extraordinária, que tinha menos dias de preparação e, para além disso, a poucos dias da Festa do Avante. Prosseguiu dizendo que os eleitos do Partido do Governo, na vez de responderem aos requerimentos parlamentares da CDU, copiavam as perguntas da CDU e a resposta era sempre uma cópia das perguntas. Por isso, disse ficar a aguardar que o partido do governo, que estava dentro dos órgãos administrativos, trouxesse para um próximo debate uma radiografia da situação bem actualizada, não só do passado, mas também das intenções futuras. Quanto aos chavões, se encerrar, degradar ou privatizar serviços públicos e manter promiscuidade de interesses entre público e privado são chavões, então a senhora



Ag.

Deputada disse querer mantê-los, porque eram verdades. Se a Constituição da República era um chavão, então defendia-o. Terminou dizendo que se o PSD não gostava dos chavões da Constituição, que tivesse a coragem de propor a sua alteração ao povo português.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, esclarecendo que o que a moção da CDU solicitava era que na assembleia ordinária ou extraordinária seguinte o assunto fosse trazido à sessão. Assim foi. Portanto, era bom que se falasse de forma clara e com objectividade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, lembrando que a CDU tinha sido acusada de chavões, mas afinal quem tinha utilizado os chavões tinha sido quem tinha falado deles. Porque falar da Albânia era um chavão. Prosseguiu dizendo que o PSD/PPD, que estava no Governo, é que devia trazer dados, mas não os tinha. A CDU poderia sempre preparar-se melhor. Como tal, o senhor Deputado solicitou à senhora Presidente que facultasse às bancadas o documento escrito entregue na Mesa pela CDU, particularmente ao senhor Deputado Rui Presúncia, porque ele teria oportunidade de ver as propostas feitas, que poderiam ter sido muito mais, obviamente. Terminou referindo que com o contributo de todos poderia ser que nas futuras assembleias se conseguisse fazer isso.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, deixando um desafio. Dentro daquela que era a forma como todas as forças políticas cooperavam na assembleia intermunicipal ao longo de mais de uma década seria uma vantagem trabalhar em conjunto um documento, que manifeste as preocupações de todos em matéria de saúde, de educação e nas outras matérias que se considerassem fundamentais. Recordou que a assembleia sempre tinha trabalhado para o mesmo objectivo, e devia continuar a trabalhar em conjunto e com objectividade. Prosseguiu agradecendo a todos aqueles que tinham dado os seus contributos. Pediu também, por uma questão

de organização e para que o eventual documento estivesse preparado na assembleia seguinte que, no prazo de 3 semanas, enviassem para a senhora Presidente os dados de cada Concelho, para que se trabalhassem esses dados e os mesmos fossem então transpostos para um documento único. Solicitou, assim, aos vários Partidos que indicassem uma pessoa que pudesse trabalhar estes dados.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (CDU)**, propondo que fosse criado um grupo de trabalho entre os funcionários da CIMLT, para contactar os serviços públicos de cada concelho da CIMLT e fazer um levantamento sobre os serviços públicos existentes. Lembrou que a CIMLT, por exemplo na mobilidade, tinha uma Agenda 21 feita há uns anos atrás. Um estudo que tinha ficado arrumado, mas que era bem interessante e precisa de ser actualizado.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, frisando que mantinha a sua minha proposta. Que nas três semanas seguintes, cada um dos representantes dos partidos pudesse enviar ao cuidado da senhora Presidente os dados do respectivo Concelho. E que os vários Partidos pudessem designar um seu representante para trabalhar uma proposta, que pudesse originar um documento. Esse documento poderia posteriormente ser enviado para os diferentes organismos da Administração Central. A senhora Presidente deu, de seguida, a palavra ao público.-----

--- Usou da palavra **Sónia Colaço, membro da Comissão de Utentes do Concelho de Almeirim**, deixando alguns dados sobre a questão da saúde: “Como membro e em nome da comissão de utentes de Almeirim, gostaria de falar sobre as questões da saúde, que são um problema no concelho, mas como se viu aqui esta noite afectam, infelizmente, outros concelhos do distrito de Santarém. Em Almeirim, existem actualmente cerca de 24.825 utentes inscritos no centro de saúde e estão em lista de espera cerca de 6.622, na sua maioria em Almeirim sendo que em Fazendas de Almeirim, com a chegada de uma nova médica, no início deste ano, a lista de utentes sem médico ficou reduzida a cerca de 594 pessoas. Mas estas pessoas, na sua maioria

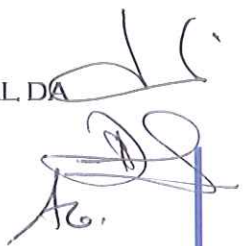


idosas, desde Junho deste ano só podem ser atendidas no centro de saúde de Almeirim. Almeirim até Novembro do ano passado tinha as valências de Serviço de Atendimento Permanente (SAP), mas desde então que está fechado aos fins-de-semana e feriados, tendo ao sábado de manhã, das 9h às 13h, serviço de enfermagem, que aos domingo e feriados é prestado pelo Centro de Saúde de Coruche. Ou seja, os doentes têm de arranjar os seus meios próprios para se deslocarem até lá, pois transportes públicos ao fim-de-semana, entre estes dois concelhos simplesmente não há! Referir ainda que as situações nas extensões de saúde também são preocupantes, pois em Marianos que desde Maio, após a reforma da médica que lá prestava consultas, que os utentes têm de ir a Almeirim. Em Paços dos Negros os doentes têm um dia e uma manhã para irem ao médico e em Raposa só uma vez por semana. Pergunto se é assim que se garante o acesso à Saúde, tal como um direito exposto na Constituição da República Portuguesa! Num tempo de graves dificuldades económicas e sociais, os ataques aos direitos dos cidadãos, nos acessos à saúde, à educação, à justiça etc... são por demais perversos! Não podemos continuar com estas políticas, há opções que devem ser tidas em conta e algumas delas foram aqui faladas e abordadas. Por tudo isto queremos melhores condições de acesso aos cuidados básicos de saúde no concelho de Almeirim e no distrito de Santarém!"-----

--- Usou da palavra **Nuno Paixão, membro da Comissão de Utentes do Concelho de Benavente e membro da direcção da Associação de Jovens de Benavente**, fazendo a seguinte apresentação: "O crescente encerramento de serviços públicos é uma trajectória que terá efeitos extraordinariamente negativos para o território, para a sociedade e para a economia portuguesa", aquando "a tendência mundial é a de descentralizar competências e políticas" sustenta o especialista João Seixas, do Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Em França e Alemanha, está em curso a remunicipalização dos serviços de abastecimento e fornecimento de água, pois chegaram à conclusão, após 20 anos, que esta metodologia de privatizar estava a

encarecer muito e deteriorando-se a qualidade da água e do serviço. O governo de cá, que fala de exemplos do estrangeiro, neste exemplo não lhe convém referir. A concentração de serviços públicos “nunca foi nem nunca será boa solução para a qualidade de vida, para economias vivas e abertas, para as questões ambientais e financeiras, nem para sociedades ricas e diversas”, alerta o especialista, para quem «decisões seriíssimas» não podem ser tomadas de forma completamente distante e centralizada, sem uma visão integrada das funções e vivências de cada território e sem respeitar os direitos dos cidadãos.” Foi recentemente interposto no Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, pelo advogado António Martins Moreira, uma acção popular contra o Estado Português, devido à desertificação do interior do país, considerando mesmo o encerramento de serviços “um crime contra as populações”.

1 - Ponto de situação de serviços públicos no concelho de Benavente. Em Dezembro de 2011 havia: - 7600 utentes sem médico de família no concelho; - 3 extensões de saúde encerradas - Barrosa, Foros da Charneca/Biscainho e Foros de Almada; - E duas a funcionarem parcialmente: - Extensão de saúde de Porto Alto: Cerca de 2500 utentes sem médico de família dispõem de apenas 10 horas semanais de consulta médica e de enfermagem; - Extensão de saúde de Santo Estevão: Cerca de 1500 utentes sem medico de família, dispõem de 5 horas semanais de consulta médica e de enfermagem. 2 - Neste ano aposentaram-se 4 funcionárias administrativas do Centro de saúde de Benavente, das mais experiente e qualificadas, sem que tenham sido substituídas nem estando previsto tal, criando uma situação de pré-ruptura, agravada pelo facto de duas funcionárias, que agora ali prestam serviço, serem funcionarias colocadas pela Câmara Municipal de Benavente e que o executivo camarário pode retirar a qualquer momento por falta de verbas. 3 - No dia 30 de Setembro caducam os contratos em vigor com as empresas de trabalhos temporários que guarnecem o SAP de Benavente e a extensão de saúde do Porto Alto de médicos e enfermeiros. 4 - O caso de não renovação dos contractos, pode implicar o encerramento destas unidades de saúde. Temos de notar que o SAP de Benavente



serve as populações do respectivo concelho também o de Salvaterra de Magos, não só em casos urgentes, mas principalmente a dar consultas de recurso aos mais de 15000 utentes sem médico de família em ambos os concelhos, para além de ser a primeira entidade a receber muitos dos acidentados e vítimas de doenças súbitas que atravessam os concelhos utilizando as estradas nacionais 118, 119, 114 e 114ª, conhecidas pelo elevado nível de sinistralidade. 5 - Em Março de 2013 inaugurar-se-á o novo Hospital de Vila Franca de Xira sem que sejam acautelados os transportes dos utentes desde o largo da estação daquela cidade para Povos, onde está a ser edificado a nova unidade hospitalar de gestão privada, afastando assim ainda mais os utentes dos cuidados hospitalares, visto que não está ainda previsto um serviço de transportes. Terão de ir de ambulância, veículo próprio, táxi? 6 - Adicionalmente, a parceria Público Privada assinada pelo ministério da saúde e pelo grupo Mello saúde em 2010, implicou a referenciação dos utentes do SNS para aquele hospital, em detrimento das consultas de especialidade que os utentes dos concelhos de Benavente e outros estavam abrangidos pelo acordo de cooperação entre ARS LVT e o hospital de Santa Casa da Misericórdia de Benavente. Isto está a obrigar ao afastamento dos utentes de uma obra construída por gerações de benaventenses, que gera postos de trabalho, obrigando a deslocações onerosas e mesmo impossíveis para muitos utentes os mais frágeis, que mesmos podem e mais precisam de cuidados de saúde de proximidade e qualidade. 7 - O SNS deve neste momento cerca de 90.000€ à Santa Casa da Misericórdia por serviços já prestados nas poucas especialidades em que ainda foi possível disponibilizarem até acabarem os tectos estabelecidos. 8 - Quanto à justiça, a desvalorização do tribunal de Benavente implicará deslocações a Tomar - sem transportes públicos acessíveis - ou a Santarém, consoante os casos. 9 - Preocupação e indignação pelo encerramento da Escola Básica dos Foros de Almada. Conclusão: Este panorama, aproxima-se rapidamente de uma situação semelhante a um pós-guerra, em que deixa de ser assegurado o estado social e respectivos serviços públicos e por sua vez, a democracia, pois a centralização

apenas nas grandes cidades impossibilita que a restante sociedade tenha acesso aos serviços públicos de igual modo, a que tem direito. E com o aumento dos acessos aos mesmos serviços, está iniciado a privatização do próprio estado e o impedimento da garantia da universalidade do estado democrático e social, a qual perguntamos então, para que servem os impostos? Um cidadão, viva em Lisboa ou Benavente, paga igualmente os impostos. Se o estado central decide retirar-lhe os direitos, a população também tem o direito de lhe retirar a confiança, legitimidade e as receitas desses impostos. Mas isso também não é solução nem o caminho que queremos, pois não? Então temos duas soluções: ou os actuais governantes mudam completamente de rumo, ou então temos de mudar os próprios governantes, mas garantidamente com rumo direccionado para a população e bem-estar social e económico. Resta-nos discutir e decidir como! Aconselho vivamente a analisarmos a forma aplicada na Islândia, começando pelo recente documentário “Revolução dos Tachos e Panelas”.

--- Usou da palavra **Nuno Domingues Pereira, membro do Secretariado do Movimento de Utentes dos Serviços Públicos do Distrito de Santarém**, proferindo a seguinte intervenção: “Senhoras e senhores membros da assembleia da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo: Permitam-nos uma primeira nota, para vos transmitir que os números que vou referir nesta intervenção, são os últimos disponíveis e que datam do fim de 2011. Lamentavelmente os organismos públicos não disponibilizam os números actuais e por isso, trabalhamos com base mais em tendências pela experiencia de quem anda no terreno, falando com os utentes de madrugada, nas filas de espera, à porta das unidades de saúde, nas paragens de autocarro, nas reuniões abertas ao publico onde recolhemos testemunhos, por vezes lancinantes das suas situações e dificuldades. Apesar disso, no que à saúde respeita, podemos dizer que os utentes dos concelhos aqui representados no fim do ano passado viviam realidades estatísticas diferentes. Enquanto dos 116.571 utentes inscritos nos seis concelhos a sul do Tejo, sob responsabilidade do ACES Lezíria II, quase 27.000, cerca de 23%, não tinha médico de família, nos cinco concelhos sob



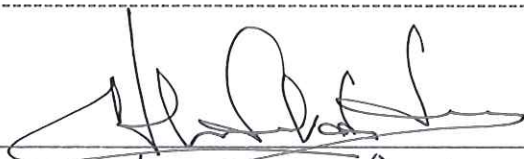
responsabilidade do ACES Ribatejo dos 137.957 utentes, cerca de 10.000, 7,18% não tinham médico de família. Há portanto uma clara diferença entre a realidade dos concelhos a Norte e Sul do Tejo, que deve merecer a atenção dos eleitos, diligenciando no sentido de eliminar a discriminação existente e cumprindo com a Constituição da República Portuguesa e repondo um Serviço Nacional de Saúde de proximidade, qualidade, *universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito*. Mas mesmo nos concelhos a Norte do Tejo os números não desvendam outras realidades pungentes, cuja existência se podem entrever nos números divulgados pela ACSS, que embora agregados no todo nacional nos permitem deduzir que uma parte da redução de centenas de milhares de consultas nos cuidados primários será destes concelhos. Tal como se passa no país, no distrito de Santarém há populações que perderam a condição de utentes de um ou de vários serviços públicos. Perderam os transportes públicos, o balcão da segurança social, a unidade de saúde, a farmácia local, o posto público de correios onde recebiam a magra pensão e pagavam contas, a segurança pública, o acesso aos tribunais, o sinal de televisão, e podem perder o último refúgio: a Junta de Freguesia. Não conseguem medicar-se durante todo o mês e alimentam-se mal. São populações isoladas, pobres, velhas, em profundo sofrimento, condenadas à morte precoce. E tudo isto utilizando o argumento de que o SNS deve ser para aqueles que mais necessitam dele, como se essa questão de equidade, da solidariedade e da justiça social não fosse resolvida em sede fiscal como prevê a Constituição. Mas a política seguida pelos últimos governos prova que este caminho produz o efeito contrário. São os que mais podem que vêm garantido o acesso aos cuidados de saúde e aos escassos benefícios existentes, porque são os que melhor se sabem defender. Vejam-se os números dos apoios técnicos, como na comparticipação dos óculos e outras próteses. Quando se afastam os cuidados de saúde primários dos utentes, fisicamente ou através do aumento desmedido das chamadas taxas moderadoras, aqueles que ainda conseguem cuidar-se são os que ainda têm meios para suportar

esses custos, os que sabem ler, os que têm transporte próprio ou de um familiar com disponibilidade para o apoiar, os que têm acesso ao novos meios electrónicos de comunicação; em suma: são de entre os utentes os mais meios materiais e intelectuais detêm aqueles que continuam com o acesso garantido aos cuidados de saúde. Devido a este quadro devastador as taxas de mortalidade, desemprego e de suicídio dispararam. Nas hiper-lojas compram-se frutas e produtos hortícolas importados, num distrito que tem ao abandono alguns dos mais ricos nacos de terra de aluvião do País, atribuindo-se subsídios para deixar as terras incultas. Por uma questão de princípio e humanidade, no Movimento dos Utentes lutamos para defender os Serviços Públicos tal como estão consagrados na Constituição da Republica Portuguesa, o mesmo é dizer que lutamos por defendê-la do vil ataque a que está submetida. Muito obrigado por me terem dado a palavra. Tenho dito.”-----


--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, agradecendo aos cidadãos Sónia Colaço, Nuno Paixão e Nuno Domingues Pereira os contributos. Agradeceu também a todos aqueles que tinham participado na sessão extraordinária da Assembleia.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE



--- A VICE PRESIDENTE



--- A SECRETÁRIA

